



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA


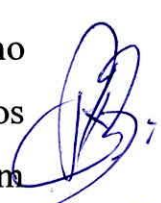
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2020/2022 - REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2021.

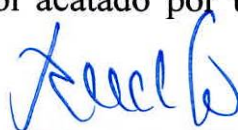
Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um (29.10.2021), sob a Presidência do Defensor Público Geral, Dr. RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão ORDINÁRIA, estando presentes a Sub-Defensora Geral Maria Madalena Abrantes Silva, o Corregedor Geral Dr. José Alípio Bezerra de Melo, José Celestino Tavares de Sousa, Gerardo Lins Rabello Sobrinho e assistindo virtualmente os Conselheiros Drs: Coriolano Dias de Sá Filho, Élson Pessoa de Carvalho e Enriquimar Dutra da Silva, registrando ainda a presença virtual da Ouvidora Geral Maria do Céu Cavalcanti Palmeira e do Presidente da Associação dos Defensores Públicos Fábio Liberalino da Nóbrega, para deliberar assuntos da Pauta: 1-Leitura, aprovação e assinatura da Ata 92ª Sessão Ordinária do CSDP/PB, realizada no dia 30/09/2021; 2- Apreciação do processo nº 2434/2021, do DP Lucas Soares Aguiar, referente a possibilidade de uso do timbre da DP, de relatoria do Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho; 3 - Demais assuntos pertinentes à Defensoria Pública. O Presidente iniciou a reunião fazendo uma oração, em seguida passou ao segundo item da pauta que é a Apreciação do processo nº 2434/2021, do DP Lucas Soares Aguiar, referente a possibilidade de uso do timbre da Defensoria Pública, de relatoria do Conselheiro Élson Pessoa de Carvalho; o Presidente passou a palavra ao Defensor Público Lucas Soares Aguiar para fazer esclarecimentos sobre seu pedido; em seguida a palavra foi passada ao Conselheiro relator, seu voto que foi o de indeferir o pedido, o Presidente coloca em votação e por

mas

maioria de seus membros segue o relator. Em seguida o Conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho pediu a palavra e falou da Medalha "Airton Cordeiro" sugerindo que seja homenageado com a medalha o Defensor Público Carlos Roberto Barbosa, por sua doação a Defensoria Pública, disse que será um reconhecimento aos trabalhos prestados, o Corregedor Geral falou de doação, dizendo que com a fragilidade do quadro de Defensores que trabalham no Júri, o Defensor Público e Coordenador Carlos Roberto Barbosa vem suprindo pessoalmente a pauta de júris, o Conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho sugeriu também o nome do Procurador Federal do Trabalho Eduardo Varandas, pois tem ajudado e facilitado os trabalhos da Instituição perante a sociedade, o Conselheiro José Celestino Tavares de Souza falou que a sugestão para a indicação subscreve e apoia, no seu entendimento é justa ao Defensor Público Carlos Roberto Barbosa, essa homenagem e ao Procurador Eduardo Varandas são pessoas muito queridas, o Presidente da Associação acostou-se a indicação do Procurador Eduardo Varandas e disse achar justíssima ao Defensor Público Carlos Roberto Barbosa, a Subdefensora concorda plenamente com a sugestão do Conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho dizendo que o Defensor Público Carlos Roberto Barbosa é exemplo para todos da Instituição com sua dedicação como Coordenador do Júri e seus trabalhos prestados as Comarcas na defesa dos réus no Tribunal do Júri, e quanto ao Procurador Eduardo Varandas, também acha justo a homenagem, pois contribuiu para a reforma da Sede e tem satisfação em ajudar a Instituição; O Conselheiro Élon Pessoa de Carvalho também concorda em homenagear os dois indicados, assim acostando-se todos os Conselheiros a sugestão do Conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho; com a palavra a Dra. Maria Madalena Abrantes Silva indicou também o nome do Ex-Presidente do Tribunal de Justiça Dr. Jóas de Brito; o Presidente parabenizou as escolhas e acostou-se a sugestão da Subdefensora em homenagear mais um, pois na época o Dr. Jóas de Brito, autorizou as publicações do expediente da Defensoria Pública no Diário da Justiça do Tribunal, com a iniciativa de Convênio entre a Defensoria e o Tribunal, e sugeriu que seja entregue na última reunião do ano do Conselho Superior, o que foi acatado por unanimidade de

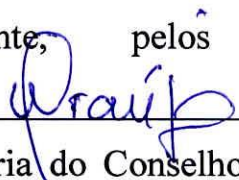


ms

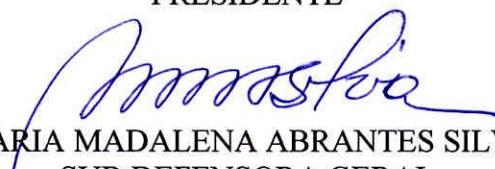


todos os seus membros. O Presidente apresentou o Processo nº 2804/2021 de permuta entre as Defensoras Públicas Iricelma Bezerra Cavalcanti de Albuquerque e Sônia Régis Vital Maia, e que esta correndo o prazo para se existir algum indeferimento do pedido. Em seguida o Presidente apresentou o Processo 2860/2021-DPPG/GDPG, referente a denuncia do Defensor Público aposentado José Augusto, designado o relator Conselheiro da vez Enriquimar Dutra da Silva como relator; o Corregedor com a palavra disse se sentir indignado pela denuncia do Defensor aposentado, pois no seu entendimento já foram várias denuncias, todas infundadas, e que o denunciante deve ser tratado como “persona non grata”; o Presidente apresentou o Processo contra o Defensor Público Bruno Romano que por vez será distribuído para o Conselheiro Relator Gerardo Lins Rabello Sobrinho e pediu ajuda então ao Corregedor Geral para fazer esclarecimentos sobre o Processo, após os devidos esclarecimento por parte do Corregedor Geral. O Presidente falou da reunião com o Governador do Estado João Azevedo, que devido as irregularidades encontradas nas gestões passadas não possuem cunho idenizatório, pois a auditoria determina que seja incorporada ao subsídio dos Defensores Públicos, o Presidente falou que fez esse esclarecimento ao Governador para que sejam incorporadas essas verbas ao subsídio, falou do reajuste no subsídio e que entregou o impacto do reajuste ao Governador, falou também que entrou em acordo com o Governador para a reforma de Lei nº 104/2012, disse que quanto ao Tribunal de Contas a Defensoria Pública deverá resolver a situação e se propôs a ajudar a Instituição quantos as verbas e ao subsídio, com a palavra o Conselheiro José Celestino Tavares de Souza lembrou ao Presidente que em reunião anterior ficou acordado que deveria formar uma comissão para tratar oficialmente desses assuntos. o Presidente passou então a um ato conjunto entre o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública, e nesse ato estabelece o acompanhamento do calendário do Tribunal de Justiça, e que no dia 01/11/2021, o expediente será remoto. O Corregedor falou que conforme o que estabelece na Lei nº 104/2012 as reuniões do Conselho Superior estão sendo cumpridas, disse também que a Corregedoria esta realizando correições, cumprindo também a Lei,

mas

e sugeriu que seja realizado um Mutirão para realizar ajustes nos equipamentos dos Núcleos da Defensoria Pública tendo em vista tempo que estavam fechadas, falou também do “TOP 50”, homenagem dada aos Defensores Públicos que se destacam durante o ano, disse que trouxe o assunto porque vê a necessidade em designar uma comissão para a escolha, o Presidente falou que não há necessidade para uma Comissão e constar em ata a presença da Defensora Pública Klébia Maria Ludgério. Vencida a pauta e nada mais tendo a relatar, a sessão foi encerrada e lavrada a presente Ata, que será assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  Maria Auxiliadora Targino de Araújo, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.


RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS
PRESIDENTE


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
SUB DEFENSORA GERAL


JOSÉ ALÍPIO BEZERRA MELO
CORREGEDOR GERAL

GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO
MEMBRO


CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO
MEMBRO

JOSÉ CELESTINO TAVARES DE SOUZA
MEMBRO

ELSON PESSOA DE CARVALHO
MEMBRO


ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA
MEMBRO

MARIA DO CÉU PALMEIRA CAVALCANTE
OUVIDOR

Representante da Associação dos Defensores Públicos

A

